

CONTRIBUTOS PARA O ESTUDO DO CAPITAL SOCIAL NO CONTEXTO DE COMUNIDADES VIRTUAIS DE PARTICIPAÇÃO

Jorge Constantino ¹, Luís Borges Gouveia ²

jorge.constantino@esg.ipsantarem.pt, lmbg@ufp.edu.pt

¹ Instituto Politécnico de Santarém, Complexo Andaluz, Apartado 295, 2001-904, Santarém, Portugal

² Universidade Fernando Pessoa, Praça 9 de Abril, 349, 4249-004, Porto, Portugal

Resumo: No âmbito de um projecto de investigação, estamos interessados em compreender as potencialidades das comunidades virtuais para o fomento de comunidades locais de participação, explorando os factores determinantes da criação de capital social e as consequências da sua acumulação nesse tipo de comunidades. Este artigo começa por situar esse interesse no contexto da nova economia e por apresentar os conceitos de comunidade virtual e de e-Participação. De seguida apresenta uma revisão bibliográfica, expondo as principais perspectivas sobre capital social e discutindo as razões para a existência de tantas dificuldades na definição desse conceito. O artigo termina abordando a questão da medição do capital social e da importância dos mecanismos de comparabilidade. A preocupação central do artigo reside na procura do estabelecimento de pontes de ligação entre o uso do conceito de capital social em comunidades físicas e em comunidades virtuais e na identificação de algumas questões a integrar numa agenda de investigação.

Palavras-chave: e-participação; e-democracia; capital social; comunidades virtuais.

1. Introdução

O fenómeno da transformação da economia de informação industrial numa economia de informação em rede é apresentada e caracterizada por diversos autores (Benkler, 2006; Castells, 2001; Friedman, 2006). Essa transformação assenta, nomeadamente, na descentralização e no reforço do papel exercido por pessoas independentes, conferindo mais liberdade de acção aos indivíduos (fazer mais: por si próprios, em comunidades dispersas, ou em organizações formais) e constituindo uma base para uma melhor participação democrática (Benkler, 2006).

Neste contexto e em conjunto com a evolução tecnológica e concretamente com o contributo da Internet, o potencial da participação dos cidadãos alargou-se

substancialmente, pois rompeu-se com a estrutura de custos da economia de informação industrial, fazendo com que a força dinamizadora da globalização 3.0 seja a possibilidade de os indivíduos colaborarem e competirem globalmente (Friedman, 2006). Isso fez com que haja mais gente a produzir, nomeadamente informação, mas gente diferente: os consumidores tornam-se «prosumidores» através da criação conjunta de produtos e serviços, em vez de consumirem simplesmente o produto final (Tapscott & Williams, 2007). E, por sua vez, este novo tipo de gente, simultaneamente ajusta-se e exige outra transformação: a era da uniformização está a chegar ao fim e no seu lugar está a surgir um mercado de diversidade, em que todos os pequenos nichos são importantes porque têm público (Anderson, 2007): uma faixa musical, uma crítica cinéfila, uma petição, etc.

Mas se é verdade que o potencial da participação se alargou, não é linear que tal venha a ter uma correspondência positiva e directamente proporcional na democracia. Ora, não é possível compreender o todo desse problema porque a e-Participação está significativamente desprovida de investigação a vários níveis, nomeadamente nos níveis territorial, social, educativo e tecnológico. Trata-se dum domínio fértil em questões ou sem resposta ou com respostas não consensuais para a comunidade científica: os factores determinantes da criação de capital social e as consequências da sua acumulação em comunidades virtuais de participação, não estão bem estabelecidos; há aspectos que precisam de ser melhor compreendidos, nomeadamente os relacionados com o conceito de identidade digital em contexto de e-participação; etc.

No âmbito de um projecto de investigação, estamos preocupados em saber se, como e porquê as comunidades virtuais de participação beneficiam os sistemas democráticos e contribuem para o aperfeiçoamento da cidadania participativa. Uma das vertentes desse projecto passa por indagar do interesse e das potencialidades das comunidades virtuais para o fomento de comunidades locais de participação, explorando os factores determinantes da criação de capital social e as consequências da sua acumulação em comunidades virtuais de participação.

Nessa perspectiva, no capítulo 2 começamos por enquadrar os conceitos de comunidade virtual e de e-Participação no âmbito da e-democracia e das tecnologias que lhe servem de suporte. De seguida, no capítulo 3 estudamos o conceito de capital social, nomeadamente expondo as principais correntes de opinião presentes na literatura e identificando alguns problemas que impedem a existência de uma única definição desse conceito. Questionamos ainda se a análise do capital social em comunidades virtuais implica ou não alguma adequação da teoria do capital social às especificidades dessas comunidades. Finalmente, no capítulo 4 abordamos a questão da medição do capital social e da importância dos mecanismos de comparabilidade.

2. Comunidades Virtuais e e-Participação

Entender se, como e porquê as comunidades virtuais de participação beneficiam os sistemas democráticos e contribuem para o aperfeiçoamento da cidadania

participativa é o objectivo geral do nosso projecto de investigação. Podemos considerar, para o efeito, que uma comunidade virtual é uma comunidade de pessoas com interesses comuns ou propósitos partilhados, cuja interacção é governada por políticas na forma de assumpções tácitas, rituais, protocolos, regras e leis e quem usa sistemas de computador para suportar e mediar a interacção social e para facilitar o sentimento de pertença (Gupta & Kim, 2007).

A e-Participação está intimamente associada e-Democracia. Esta pode ser definida como tudo o que os governantes fazem para disseminar mais informação política e para reforçar a comunicação, a participação e a transformação do debate e da cultura política, envolvendo nisso a sociedade civil (organizada e não organizada), a administração pública, os políticos e, em menor grau, a economia, usando as TIC como forma de melhorar os processos e as estruturas democráticas e de reforçar as relações entre eleitos e eleitores (S. Coleman & Norris, 2005).

As iniciativas que visam promover a e-Democracia suportam-se em tecnologias tão diversificadas (ecrãs de toque, telefone celular, Web Browser, TV digital, equipamentos adequados a várias deficiências, ...) e possibilitam projectos de natureza tão inovadores (pesquisas de opinião, voto electrónico, auscultação dos cidadãos sobre leis e políticas públicas, nomeadamente referendo, correio electrónico para acesso directo à classe política, fóruns de discussão, ...) que se assistiu ao aparecimento de alguns excessos de opinião, como a dos que, segundo Clift, vêm na Internet a salvação da democracia (Clift, 2000). Mas tal visão está desfocada dos conceitos fundamentais em apreço: a democracia e a cidadania. Estas são formas de organização da sociedade que derivam da vontade dos seus actores (Rover, 2006) e não tanto da tecnologia empregue. De facto, não é a forma de votação, em urna fechada ou via Internet, que altera a qualidade da democracia e da cidadania, se em ambos os casos foram garantidos os mesmos valores, direitos e deveres, sobre o sufrágio¹. Tal como não é a forma de acesso ao eleito, através de telefone, de carta, de mail ou de SMS, que altera a substância da relação entre eleitos e eleitores. A este propósito, Kampen, considerando a Internet como uma evolução do telefone e do telegrafo, questiona se a melhoria dos processos democráticos, a nível da participação dos cidadãos na vida política, tem acontecido com as TIC em geral, e com a Internet em particular, de forma comparável ao que terá também acontecido, no passado, com o telefone e com o telegrafo (Kampen & Snijkers, 2003).

Para alguns autores, ainda é cedo para perceber se as mudanças, que o uso das TIC está a provocar em muitas democracias, serão ou não positivas a longo prazo (Clift, 2000). Outros interrogam-se sobre a espécie de democracia que resultará do uso intensivo das TIC (S. Coleman & Norris, 2005). E há também os que perguntam se as TIC ajudam a alcançar uma forma superior de democracia ou se estão a produzir uma nova «doença infantil da hiperdemocracia», a ciberdemocracia (Santos,

¹ A Constituição da República Portuguesa estabelece que "*O povo exerce o poder político através do sufrágio universal, igual, directo, secreto e periódico, do referendo e das demais formas previstas na Constituição*" (AR, 2005)

2000). E no que nos diz mais directamente respeito, e contrariando as elevadas expectativas de algumas correntes de opinião, há estudos que sugerem que a proliferação de comunidades virtuais na Internet não é um indicador de revitalização política (Ji-Young, 2006).

Contudo, não podemos alhear-nos da ideia de que a característica mais genuína das cidades digitais é a obrigação da existência de um papel reservado ao cidadão digital (Schuler, 2002), pois se um cidadão não puder entrar numa cidade para, livremente, se envolver com os outros cidadãos, influenciar as políticas e tomar parte na governação, essa cidade será tão digital quanto uma fotografia de uma casa é uma casa ou um mapa de uma cidade é uma cidade. Este imperativo da promoção da cidadania digital assenta no pressuposto da inteligência criativa colectiva dos cidadãos, capaz de desenvolver ideias, equipamentos e instituições para satisfazer as necessidades individuais e sociais e enfrentar os problemas cívicos.

Entendemos, pois, que a questão não está devidamente estudada, sobretudo no caso português, e que há algumas questões em aberto a que o nosso trabalho pretende dar resposta, como por exemplo: A Internet, e particularmente as comunidades virtuais, contribuem ou não para aumentar o capital social? Até que ponto as TIC podem ser usadas para dar suporte a comunidades e reforçar o capital social? A proliferação de comunidades virtuais na Internet tem um impacto positivo no envolvimento dos cidadãos com as suas comunidades locais?

3. Conceitos sobre o Capital Social

Embora todos saibam o que é que é o capital social e como é que ele pode ser socialmente útil, não há uma definição para capital social, o que não impede que se trabalhe arduamente para o desenvolver e para o manter (MacMillan, 2006).

De facto, frequentemente o capital social aparece associado a um melhor funcionamento das comunidades, levando a que as empresas laboram melhor quando os seus funcionários têm relações próximas e confiança mútua, conseguindo-se com isso aumentar os negócios, a produtividade das equipas de trabalho e o ritmo de aprendizagem das pessoas (Prusak & Cohen, 2002). Mas para Smith (Smith, 2007), se há evidências de que comunidades com um grande *stock* de capital social têm tendência para menores índices de criminalidade e melhores níveis de saúde, educação e crescimento económico, existe também o reverso da medalha: grupos e organizações com elevados *stocks* de capital social têm os meios (e muitas vezes o motivo) para trabalhar para excluir ou subordinar os outros.

Pela importância que parece ter o capital social nas comunidades territorializadas, interessa-nos observar os factores determinantes da sua criação e as consequências da sua acumulação nas comunidades virtuais de participação. Esse trabalho, no entanto, só é viável conhecendo o conceito e percebendo os seus problemas de definição. É para isso que procuraremos contribuir de seguida.

3.1. Visões Sobre o Capital Social

Capital físico, capital humano e capital social são termos frequentemente referidos na literatura. O capital físico refere-se aos bens físicos e o capital humano às características dos indivíduos (as suas próprias competências e capacidades desenvolvidas ao longo do tempo)². Quanto ao termo capital social, historicamente, segundo Jacob (Daniel, Schwier, & McCalla, 2003), surgiu para realçar a importância das redes de relacionamentos pessoais fortes, desenvolvidas no tempo, no contexto da sobrevivência e do funcionamento das vizinhanças citadinas. Com o decorrer do tempo, essa ideia central perdura, na medida em que os investigadores das ciências sociais e das humanidades continuam a considerar que os laços sociais são um recurso social (Daniel et al., 2003). Aliás, sobre capital social existe um aforismo, “*It’s not what you know, it’s who you know*” (Woolcock & Narayan, 2000), uma versão do bem português “*diz-me com quem andas, dir-te-ei quem és*”, que evidencia ser esse o grande dogma da teoria do capital social: as relações entre as pessoas podem constituir-se como importantes recursos produtivos.

De um modo geral, o capital social prende-se com os valores e as normas que as pessoas interiorizam, que resultam e são o resultado de ligações e de relações colectivas e socialmente negociadas. Esta forma de capital relaciona-se com as outras formas de capital - físico, humano, económico (p. ex., saúde e bem estar), cultural (p. ex., modos de organização da vida familiar), simbólico (p. ex., prestígio e reconhecimento) – sabendo-se que o capital económico aumenta o capital social e que o capital cultural pode ser transformado em capitais humano e social (Edwards, 2006).

Se o capital humano está estritamente relacionado com cada pessoa *per si* (entidade própria e observada de forma isolada), o capital social tem implícita a ideia de interacção: ao interagir com vários agentes – com os membros da sua família, com os seus amigos, com os membros das associações a que pertence, etc – o indivíduo vai formando uma rede de contactos sociais, à qual pode posteriormente recorrer para desfrutar de actividades lúdicas, resolver problemas, realizar tarefas de interesse mútuo, dar e procurar apoio, etc.

Das principais abordagens ao capital social existentes na literatura, destacamos as seguintes:

- Numa primeira abordagem, o capital social é visto como um conjunto de recursos a que uma pessoa tem acesso pelo facto de pertencer a grupos sociais (família, associações, partido políticos, ...). Usando como variáveis principais a durabilidade das relações, o tamanho da rede e a conexões que se podem mobilizar, Bourdieu usou o Capital Social para perceber como é que indivíduos, inseridos numa rede de relações sociais estável, podem beneficiar da sua posição ou gerar externalidades positivas para os

² Becker (Becker, 1964) afirma que o capital humano de uma pessoa é constituído pelos seus investimentos na melhoria da sua capacidade produtiva e do seu stock de conhecimento adquirido ao longo do tempo (nível de escolaridade, estágios, etc.).

membros da rede. A sua concepção de Capital Social era a do conjunto de recursos, reais ou potenciais, resultantes do fato de pertencer, há muito tempo e de modo mais ou menos institucionalizado, a redes de relações de conhecimento e de reconhecimento mútuos e que podem ser mobilizadas em benefício do indivíduo ou da sua classe social. Os principais beneficiários deste tipo de capital social são, pois, os indivíduos e a sua classe social, sendo os ganhos obtidos essencialmente relacionados com vantagens económicas e poder social.

- Numa segunda abordagem, o Capital Social é considerado um recurso que imerge das relações familiares e que lhes permite reforçar o seu capital humano e com isso obter vantagens económicas. Segundo esta perspectiva, o capital social não é um atributo dos indivíduos pois, sendo um aspecto que depende do contexto e da estrutura social, é inerente à própria estrutura das relações (J. S. Coleman, 1990). Este tipo de capital só acontece nas relações entre as pessoas e por meio de trocas que facilitam a acção de indivíduos ou grupos.
- Finalmente, numa terceira abordagem dá-se uma ênfase especial à confiança e à reciprocidade entre as pessoas. Neste caso, o capital social refere-se a aspectos da organização social, tais como as redes sociais e as normas de reciprocidade e de confiança, que facilitam a coordenação e a cooperação para benefício mútuo (Putnam, 1993, 1995). Desta forma, o conceito de capital social aprofunda o conceito de “virtudes cívicas”, pois considera que estas são mais poderosas quando inseridas numa rede de relações sociais recíprocas (uma sociedade de pessoas civicamente virtuosas mas isoladas umas das outras não é necessariamente rica em capital social). Assim, são variáveis importantes: a participação em actos eleitorais, o número de membros de associações culturais e recreativas, o nível de confiança nas instituições públicas, o nível de voluntariado, etc. Neste caso, o capital social é considerado um bem público (e não pessoal), embutido no envolvimento cívico e que tem grande impacto na prosperidade económica (e não no capital humano).

3.2. Problemas de Definição do Capital Social

Apesar de ser geralmente reconhecida a capacidade de alguns aspectos da estrutura social gerarem efeitos positivos nos membros de uma comunidade, não há consenso acerca do conceito capital social, um termo muito atractivo e prometededor, mas cheio de ambiguidades, quer operacionais quer de definição (Isham, 2000).

A teoria do capital social, inicialmente focada na influência do capital social sobre o capital humano, tem-se progressivamente estendido a outros campos como a capacidade económica de empresas, de regiões geográficas e de nações, podendo o capital social ser conceptualizado e operacionalizado em vários níveis: indivíduos, organizações, inter-organizações e sociedades (Bauer & Grether, 2005). Com este alargamento do espectro de actuação e com a correspondente abertura de novas linhas de investigação, é natural que os diversos autores, embora partilhem um

interesse comum sobre o modo como os recursos relacionais influenciam a actividade social, tenham tendência a focar o seu interesse em diferentes aspectos do Capital Social (Nahapiet & Ghoshal, 1998).

Por outro lado, frequentemente as definições de capital social são tautológicas e circulares (Milani, 2003), sendo nelas o capital social situado numa relação de causa e efeito, em que a causa capital social tem efeitos económicos e sociais, os quais, por seu turno, também influenciam a criação de capital social.

Reflectindo esta dificuldade, grande parte do debate sobre o assunto centra-se na tentativa de saber o que é o capital social, como medi-lo e como aumentá-lo (Edwards, 2006). Veja-se, a título de exemplo, um caso que ilustra como o modo de explicitar o conceito varia em função dos fundamentos teóricos usados e com os objectivos de investigação envolvidos. Fukuyama define o capital social como uma norma informal instanciada (Fukuyama, 1995), ou seja, exclui os recursos potenciais; Baker toma em consideração toda a estrutura da rede de relações (Baker, 1990); o Banco Mundial toma em consideração as duas coisas, definindo o capital social como o conjunto de redes e de normas que possibilitam a acção colectiva (Bank); Putnam refere o capital social como o conjunto de aspectos da organização social, potenciais ou reais, tais como redes, normas e confiança, que facilitam a coordenação e a cooperação para benefício mútuo; e Bourdieu (Milani, 2003), tal como Putnam mas ao contrário de Fukuyama, também inclui no capital social os recursos actuais ou potenciais existentes na rede.

Também as próprias dinâmicas sociais são de enorme relevância. Num contexto social em mudança, assistimos ao aparecimento de formas alternativas de redes sociais, o que introduz um novo factor de complexidade na procura de saber o que é, como se mede e como se aumenta o capital social.

Ora, o nosso projecto de investigação visa precisamente experimentar o conceito de capital social num contexto relativamente novo, o das comunidades virtuais, exigindo isso especial cuidado na adopção de uma formulação do conceito de capital social, até porque, apesar de as comunidades virtuais terem um impacto crescente devido à proliferação dos acessos à Internet, também não há consenso sobre o seu impacto no capital social.

De novo, esta falta de consenso não significa necessariamente contradição - como já se disse, os diversos autores têm tendência a focar o seu interesse em diferentes aspectos do capital social - mas tal realça a necessidade de introduzir mecanismos de comparabilidade entre as várias formas de medir o capital social, que tornem claro o que é que se está a medir e o que é que se está a comparar.

3.3. Estrutura do Capital Social

Para Nahapiet, a Teoria do Capital Social sugere que o capital social, entendido como *“a soma dos recursos actuais e potenciais, embebidos em, disponíveis através e derivados da rede de relacionamentos possuída por um indivíduo ou por uma unidade social”*, influencia fortemente o nível de partilha de conhecimento entre os indivíduos (Nahapiet & Ghoshal, 1998). Ou seja, as redes de

relações constituem um recurso valioso para a realização de actividades sociais. Mas como conjunto de recursos baseado em relacionamentos, o capital social tem muitos atributos. Assim, Nahapiet, procurando perceber o papel do capital social na criação de Capital Intelectual, propõe um modelo em que o capital social é estruturado em três dimensões – capital social estrutural, capital social relacional e capital social cognitivo, os quais caracteriza da seguinte forma:

- Dimensão estrutural. Refere-se às propriedades do sistema social e da rede de relações como um todo, o que inclui todos os padrões de ligação entre os actores, i.e., quem e como podemos encontrar: ligações entre os actores; morfologia da rede (densidade, conectividade, hierarquia); organização apropriada (existência de redes criadas para um propósito que podem ser usadas para outro); etc.
- Dimensão cognitiva. Relaciona-se com os recursos que proporcionam representações, interpretações e sistemas de significados partilhados entre aos actores - por exemplo, as linguagens, os códigos e as narrativas partilhadas.
- Dimensão relacional. Diz respeito à espécie de relacionamentos pessoais que os actores desenvolveram uns com os outros ao longo de um conjunto de interacções. O foco está pois na relação particular entre dois indivíduos, a qual afecta a actividade entre ambos, o que inclui: confiança; normas e sanções; obrigações e expectativas; identidade e identificação; etc.

Este modelo foi combinado com outras teorias, por exemplo em trabalhos que visaram perceber a motivação para a partilha de conhecimento em comunidades virtuais (Chao-Min, Meng-Hsiang, & Eric, 2006) e para a colaboração com estranhos em Redes Electrónicas de Prática (Wasko & Faraj, 2005).

3.4. Capital Social e Comunidades Virtuais

A análise do Capital Social em comunidades virtuais tem de ser enquadrada nas especificidades próprias deste tipo de comunidades, desterritorializadas por natureza e com aspectos muito particulares associados à identidade digital dos participantes. Implicará isso alguma revisão de conceitos? Será suficiente apenas uma ampliação dos modelos de modo a albergar novas realidades ou novos contextos? Estas são algumas das questões que se nos coloca, que tentaremos perspectivar com três exemplos:

- Surowiecki (Surowiecki, 2007) defende que, numa óptica de benefício para a economia moderna e globalizada, foi necessário evoluir o paradigma: a confiança, antes suportada em relações sólidas estabelecidas numa base familiar ou étnica, passou a precisar de ser estabelecida entre estranhos. Assim, contactar desconhecidos e com eles desenvolver relações de confiança, é um fenómeno crescente na actividade humana: no relacionamento das tribos, no comércio internacional, etc. Não sendo um problema novo, pode esta confiança entre estranhos ser encarada de igual forma no contexto das comunidades virtuais? Os problemas decorrentes do

anonimato, das múltiplas identidades e das falsas identidades obrigam a olhar de maneira diferente para a confiança entre estranhos, ou não?

- Axelrod, acha que a base da cooperação não é a confiança mas a sim a durabilidade das relações, não sendo relevante, no longo prazo, as pessoas confiarem umas na outras, mas sim serem criadas condições favoráveis ao estabelecimento de um padrão de cooperação entre elas (Surowiecki, 2007). Convivendo de forma duradoura, as pessoas reconhecerão os benefícios da cooperação e não tentarão aproveitar-se umas das outras, temendo represálias. Robert Axelrod chama a este fenómeno “a sombra do futuro” e considera-o o verdadeiro segredo da cooperação. Percebemos, contudo, que nem estamos perante uma opinião inovadora (já referimos que Bordieu usa a durabilidade das relações como uma das variáveis principais) nem que se trate de uma nova questão levantada pelas comunidades virtuais (há na História da humanidade muitos episódios, como a Guerra Fria, capazes de ilustrar casos destes). Mas será que as comunidades virtuais (considerando por exemplo a facilidade de interromper e retomar contactos, de cruzar contactos, etc) obrigam a olhar para isto com outros olhos?
- Smith identifica três espécies de capital social – *bonding*, *bridging* e *linking*, correspondendo cada uma delas respectivamente a patamares de proximidade entre as pessoas cada vez menores, desde o nível familiar ao nível dos desconhecidos (Smith, 2007). Implicarão as comunidades virtuais a reformulação deste tipo de classificação, ou encontrarão nela uma resposta adequada (p. ex., será que nas comunidades virtuais o capital social existente é sobretudo do último nível?). Ou haverá novos tipos de capital social?

Prusak (Prusak & Cohen, 2002) diz que o capital social não se legisla, constrói-se no dia-a-dia, através de intervenções que estabeleçam conexões (p. ex., criando oportunidades de encontro entre as pessoas e facilitando a conversação entre elas), que promovam a confiança (p. ex., não dando motivos aos funcionários para desconfiarem e dando o exemplo de confiança neles) e fomentar a cooperação (p. ex., dando às pessoas um sentido de propósito comum e estabelecendo regras de cooperação). Trarão algo de novo, a este nível, as comunidades virtuais?

Por outro lado, até por causa dessas comunidades virtuais, o próprio conceito de Capital Social revela-se dinâmico, emergindo um novo tipo designado por Capital de Rede, uma expressão do Capital Social na sociedade em rede. As comunidades já não se definem só pelo território, definem-se também por interesses, organizando-se em redes sociais. Quando pessoas geograficamente dispersas usam uma rede digital para interagir, o capital social resultante é baseado na própria rede. Nessas circunstâncias, o Capital de Rede refere-se ao valor diferenciado, na Idade da Informação, que as comunidades estruturadas como redes sociais geram com base em redes digitais, para os próprios, para os outros e para a sociedade como um todo (Acevedo, 2007). Este autor refere que o Capital de Rede é caracterizável através da combinação de vários atributos que se podem manifestar, em

simultâneo, numa comunidade, como por exemplo: ser o resultado da cooperação através de redes electrónicas, reforçando o hábito dessa cooperação; ser largamente produzido pela acção voluntária; ser criado por comunidades de interesses; ser gerado por pessoas organizadas em comunidades virtuais, que partilham um ciberespaço comum; favorecer uma participação alargada das pessoas em assuntos de interesse comum; etc.

Por todo este tipo de questões é relevante que nos interroguemos sobre o que é e como medir o Capital Social.

4. Medição do Capital Social e Mecanismos de Comparabilidade

4.1. Da Necessidade de Mecanismos de Comparabilidade

Apesar dos problemas de definição já referidos e não obstante, segundo Coleman, haver formas de Capital Social que podem facilitar um certo tipo de acção e inibir outros (Nahapiet & Ghoshal, 1998) – por exemplo, a aceitação de novos membros ou ideias em grupos com linguagens, códigos e narrativas partilhadas – pode dizer-se que o Capital Social encoraja o desenvolvimento de comportamentos colaborativos, promovendo a inovação das formas de associação e de organização (Fukuyama, 1995). E no que concerne ao modo como a Internet afecta o capital social, são apontadas três possibilidades (Quan-Haase & Wellman, 2002):

- De uma forma transformativa para os contactos sociais e para o envolvimento cívico, em que as solidariedades baseadas em grupos locais dão lugar a redes mais dispersas em termos geográficos e de interesses;
- De uma forma redutora, em que as actividades lúdicas captam o interesse das pessoas, que ficam assim menos disponíveis para os assuntos da sua comunidade;
- De uma forma suplementar, em que se criam novos padrões de contacto social, que as pessoas passam a usar para os fins que perseguem, em paralelo com os meios que já usavam (contactos pessoais, telefone, carta, grupos de influência e organizações políticas tradicionais).

No contexto desta trilogia, enquanto uns autores acham que a Internet faz diminuir o capital social (Putnam, 1995), outros dizem que reforça o capital social através da extensão dos níveis existentes de contactos entre as pessoas (Wellman, Haase, Witte, & Hampton, 2001) e outros ainda dizem que a Internet nem cria nem destrói o Capital Social (Eric, 2000).

De novo, esta falta de consenso não significa necessariamente contradição. De facto, como os diversos autores têm tendência a focar o seu interesse em diferentes aspectos do capital social, surge a necessidade de introduzir mecanismos de comparabilidade entre as várias formas de medir o capital social, que tornem claro o que é que se está a medir e o que é que se está a comparar.

4.2. Da Medição do Capital Social

Fukuyama refere que uma das grandes debilidades do conceito de Capital Social reside na falta de consenso sobre o modo de o medir e apresenta três abordagens para o fazer, baseadas em: censos de grupos sociais; questionários sobre níveis de confiança e de envolvimento cívico; e empresas privadas (Fukuyama, 1999). No caso dos censos, apresenta um formalismo para medir o capital social, ponderando factores como: a dimensão dos grupos, o coeficiente de confiança, o raio de confiança e o raio de desconfiança.

Mas para o Banco Mundial (Bank), e apesar de ele próprio apontar várias formas de medir o capital social (estudos quantitativos, estudos comparativos, estudos qualitativos e ferramentas de medida), não é possível medi-lo de forma exacta e talvez nem isso seja desejável, atendendo a que:

- As definições de capital social são multidimensionais, incorporando vários níveis e unidades de análise;
- É problemático medir propriedades de conceitos ambíguos (comunidade, rede, organização, ...);

Outros autores alinham por idêntica atitude de reserva face a esta questão. Schwier (Daniel et al., 2003) argumenta que há várias razões para não estar estabelecido um critério standard de medir o capital social e apresenta algumas delas:

- A forma de medir o capital social depende da sua própria definição; o capital social é um conceito multivariado e multidimensional; o capital social é considerado uma propriedade de grupos, comunidades ou indivíduos.

Finalmente, vários autores referem outro tipo de obstáculos à medição do capital social, nomeadamente o contexto: físico (local ou virtual), cultural, etc.

Apesar disso, existem várias propostas de modelos orientados à medição do capital social. Por exemplo, Healy (Healy, 2002) identifica quatro dimensões para a medição do capital social:

- Envolvimento na comunidade – redes formais na comunidade;
- Redes informais/sociabilidade – redes de apoio social, relações familiares e sociabilidade informal;
- Confiança (crença nas boas intenções e nos comportamentos esperados dos outros), normas e sanções (associadas ao comportamento recíproco);
- Participação política - aspectos do envolvimento e da interacção cívica;

Na mesma linha, a conferência Social capital: The challenge of international measurement ("Summary report of conference and its outcomes," 2002), discutiu alternativas para harmonizar os instrumentos de medição do Capital Social e com isso melhorar os mecanismos de comparabilidade internacional, tendo então apontado para a necessidade de inventariar as várias dimensões do capital social,

ou seja, dos principais elementos mensuráveis do capital social, antes de medir cada uma desses elementos em separado. Não sendo uma proposta fechada, foram também assumidas como a base de trabalhos futuros dimensões muito semelhantes às referidas por Healy:

- Participação da comunidade através de grupos organizados (incluindo trabalho voluntário);
- Redes informais (incluindo dar e receber apoio voluntário bem assim como redes sociais informais);
- Confiança;
- Outros indicadores transversais: redes baseadas em TIC, participação política, etc;

Assinale-se a referência aos grupos organizados, não diferenciados como locais ou virtuais, também identificadas pelo Banco Mundial como uma das grandes fontes de Capital Social (Bank) e às redes baseadas em TIC, já que, também de acordo com o Banco Mundial, as TIC têm um elevado potencial para aumentar o capital social – em particular o que resulta da ligação das pessoas aos recursos, aos relacionamentos e às informações que estão para lá do ambiente imediato (Bank).

4. Conclusões

Este artigo foi redigido no contexto da transformação da economia de um modelo de informação industrial para um modelo de informação em rede.

Nesse contexto, defendemos a ideia de que essa transformação, em conjunto com a evolução tecnológica e concretamente com o contributo da Internet, aumentou o potencial da participação dos cidadãos. Identificámos, contudo, várias correntes de opinião que recusam a ideia de que isso se traduza directamente em benefícios concretos para os sistemas democráticos. Assim, uma primeira conclusão deste artigo reside na necessidade de aprofundar o conhecimento disponível neste domínio através da realização de mais investigação.

Manifestámos, por isso, a vontade de contribuir para compreender melhor esse fenómeno, investigando o contributo das comunidades virtuais de participação para a melhoria dos sistemas democráticos e para o aperfeiçoamento da cidadania participativa. Para tal, tencionamos compreender os factores determinantes da criação de capital social e as consequências da sua acumulação nesse tipo de comunidades.

Fizemos, por isso, uma revisão bibliográfica sobre a problemática do capital social, que confirmou a importância do conceito capital social para os propósitos da nossa investigação mas que revelou uma enorme quantidade de pontos de vista acerca dele, impossibilitando a consensualização em torno de uma só definição de capital social. Mas ficou igualmente clara a viabilidade da modelação do capital social em torno de propósitos de investigação concretos, nomeadamente nos trabalhos que

procuraram estabelecer a estrutura do capital social. Assim, uma segunda conclusão deste artigo reside na necessidade de qualquer investigação apresentar a sua própria formulação de capital social.

Uma terceira conclusão prende-se com a importância de ter presente o carácter dual do capital social. De facto, embora ele geralmente apareça associado a um melhor funcionamento das comunidades, existe também o reverso da medalha: grupos e organizações com elevados *stocks* de capital social têm os meios (e muitas vezes o motivo) para trabalhar para excluir ou subordinar os outros.

Uma quarta conclusão relaciona-se com a existência do espaço de investigação em aberto no que diz respeito ao cruzamento entre os conceitos de capital social e de comunidades virtuais. As comunidades virtuais não podem ser tratadas como comunidades físicas. A análise do Capital Social em comunidades virtuais tem de ser enquadrada nas especificidades próprias deste tipo de comunidades, desterritorializadas por natureza e com aspectos muito particulares associados à identidade digital dos participantes. Neste domínio tivemos a oportunidade de identificar algumas questões em aberto.

Finalmente, uma quinta conclusão prende-se com a falta de consenso acerca da utilidade e mesmo da viabilidade da medição do capital social, daí resultando a imperiosa necessidade de estabelecer mecanismos de comparabilidade entre medições no caso de elas serem realizadas.

Referências

- Acevedo, M. (2007). Network Capital: an Expression of Social Capital in the Network Society. *The Journal of Community Informatics*, 3(2).
- Anderson, C. (2007). *A Cauda Longa - Por Que é que o Futuro dos Negócios é Vender Menos de Mais Produtos* (C. Pedro, Trans.). Lisboa: Actual Editora.
- AR. (2005). *Constituição da República Portuguesa - VII Revisão Constitucional*, from http://www.parlamento.pt/const_leg/crp_port/
- Baker, W. E. (1990). Market networks and corporate behavior. *American Journal of Sociology*, 96, 589-625.
- Bank, T. W. *What is Social Capital / How is Social Capital Measured?* Retrieved 13/02/2008, from <http://go.worldbank.org/K4LUMW43Bo>
- Bauer, H. H., & Grether, M. (2005). Virtual Community Its Contribution to Customer Relationships by Providing Social Capital. *Journal of Relationship Marketing*, 4(1/2), 91.
- Becker, G. (1964). *Human Capital*. Chicago: University of Chicago Press.
- Benkler, Y. (2006). *The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom*. Londres.

- Castells, M. (2001). *A Galáxia da Internet - Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Chao-Min, C., Meng-Hsiang, H., & Eric, T. G. W. (2006). Understanding knowledge sharing in virtual communities: an integration of social capital and social cognitive theories. *Decis. Support Syst.*, 42(3), 1872-1888.
- Clift, S. (2000). *The E-Democracy E-Book: Democracy is Online 2.0* from <http://www.publicus.net/ebook/>
- Coleman, J. S. (1990). *Foundations of social theory*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Coleman, S., & Norris, D. F. (2005). *A new agenda for e-democracy*, from <http://www.oii.ox.ac.uk/resources/publications/FD4.pdf>
- Daniel, B., Schwier, R. A., & McCalla, G. (2003). Social Capital in Virtual Learning Communities and Distributed Communities of Practice. *Canadian Journal of Learning and Technology*, 29(3)(Fall / automne).
- Edwards, R. (2006). *Social Capital*, from http://wfnetwork.bc.edu/encyclopedia_entry.php?id=257&area=All
- Eric, M. U. (2000). Social capital and the net. *Commun. ACM*, 43(12), 60-64.
- Friedman, T. L. (2006). *O Mundo é Plano - Uma História Breve do Século XXI* (C. Pedro, Trans. 4ª ed.). Lisboa: Actual Editora.
- Fukuyama, F. (1995). *Trust: The social virtues and the creation of prosperity*. London: Hamish Hamilton.
- Fukuyama, F. (1999). *Social Capital and Civil Society* Paper presented at the IMF Conference on Second Generation Reforms IMF Headquarters, Washington, D.C., IMF Institute and the Fiscal Affairs Department.
- Gupta, S., & Kim, H.-W. (2007). Developing the Commitment to Virtual Community: The Balanced Effects of Cognition and Affect. *Information Resources Management Journal*, 20(1), 28-43.
- Healy, T. (2002). The measurement of social capital at international level, *Social capital: The challenge of international measurement*. London.
- Isham, J. (2000). The Effect of Social Capital on Technology Adoption: Evidence from Rural Tanzania, *Opportunities in Africa: Micro-evidence on Firms and Households*. Oxford: The Centre for the Study of African Economies.
- Ji-Young, K. (2006). The impact of Internet use patterns on political engagement: A focus on online deliberation and virtual social capital. *Information Polity: The International Journal of Government & Democracy in the Information Age*, 11(1), 35-49.
- Kampen, J. K., & Snijkers, K. (2003). E-Democracy - A Critical Evaluation of the Ultimate e-Dream. *Social Science Computer Review*, 21(4), 491-496.

- MacMillan, W. (2006). The Power of Social Capital *Harvard Business Review (HBR OnPoint Article)*.
- Milani, C. (2003). Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil), *IV Conferência Regional ISTR-LAC*. San José - Costa Rica.
- Nahapiet, J., & Ghoshal, S. (1998). Social capital, intellectual capital, and the organizational advantage. *The Academy of Management Review*, 23(2), 242-266.
- Prusak, L., & Cohen, D. J. (2002). How to Invest in Social Capital *Harvard Business Review (HBR OnPoint Article)*.
- Putnam, R. D. (1993). The prosperous community: social capital and public life. *American Prospect*, 4(13).
- Putnam, R. D. (1995). America's declining social capital. *Journal of Democracy*, 6, 65-78.
- Quan-Haase, A., & Wellman, B. (2002). *How does the Internet Affect Social Capital*
- Rover, A. J. (2006). A Democracia Digital: Algumas das Questões de Base: Publicação IBDI.
- Santos, J. A. (2000). Ciberdemocracia, ou gaiola electrónica?, *Seminário sobre E-Política*. Centro Cultural de Belém - Lisboa.
- Schuler, D. (2002). Digital Cities and Digital Citizens. In *Digital Cities II: Computational and Sociological Approaches* (pp. 567-576).
- Smith, M. K. (2007). *Social Capital*, from http://www.infed.org/biblio/social_capital.htm
- Summary report of conference and its outcomes. (2002). In OCDE (Ed.), *Social capital: The challenge of international measurement*. London: OCDE.
- Surowiecki, J. (2007). *A Sabedoria das Multidões* (1ª ed.). Porto: Asa Editores, S.A.
- Tapscott, D., & Williams, A. D. (2007). *Wikinomics - A Nova Economia das Multidões Inteligentes* (J. A. e. Pinho, Trans. 1ª ed.). Lisboa: QUIDNOVI.
- Wasko, M. M., & Faraj, S. (2005). Why should I share? Examining social capital and knowledge contribution in electronic communities of practice. *MIS Quarterly*, 29(1), 35-57.
- Wellman, B., Haase, A. Q., Witte, J., & Hampton, K. (2001). Does the Internet increase, decrease, or supplement social capital? Social Networks, Participation, and Community Commitment. *American Behavioral Scientist*, 45(3), 437-456.

Woolcock, M., & Narayan, D. (2000). Social capital: Implications for development theory, research, and policy. *The World Bank Research Observer*, 15(2), 225-249.